

A QUESTÃO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE/ SOCIEDADE BRASILEIRA*

Walter Esteves Garcia**

I – INTRODUÇÃO

A discussão de um tema como este, em si tão amplo e complexo, exige que esclareçamos, liminarmente, alguns pontos que habitualmente são fonte de imprecisões. Com efeito, as expressões Universidade e Sociedade Brasileira simbolizam realidades tão variadas e, por que não dizer, conflitantes que se prestam aos mais variados discursos e proposições.

Universidade vai ser encarada como conjunto de instituições — públicas ou privadas — que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão para alunos regularmente inscritos em seus quadros, sob a orientação de uma legislação pré-fixada. Este esclarecimento já nos adverte para o fato de que estamos, portanto, encarando a Universidade, genericamente nomeada, como uma instituição que opera sob a égide do poder público, suas leis e regulamentos, e cumpre uma função que encontra respaldo em outras normas que regem os destinos da sociedade. Por exemplo, a expedição de diplomas assegura — infelizmente — privilégios para o exercício profissional e o ingresso no serviço público em certas carreiras pressupõe a apresentação de diploma. Portanto, convém frisar, no nosso tipo de sociedade pelo menos, a Universidade é uma instituição delegada, outorgada, e esta é uma afirmativa que consideramos importante, principalmente quando a confrontamos com outras, carregadas de um otimismo piegas e acrítico, que pretenderiam transformá-la num laboratório de mudanças sociais. Não que estas não possam

ocorrer por força das proposições da Instituição, mas seria extrema ingenuidade supor que uma sociedade criaria organismos que pudessem por em risco a visão dominante em determinado período.

E esta última afirmação já nos oferece a chance de discutir o que vamos entender por Sociedade Brasileira. Esta expressão é ainda mais vaga do que Universidade. Para facilidade de entendimento vamos considerar a Sociedade Brasileira como conjunto de pessoas, organizadas sob forma de grupos e instituições com interesses diversificados, que vivem num determinado espaço, sob um governo comum. Sociedade Brasileira, portanto, representaria uma unidade sócio-política regida por normas que tem uma abrangência universal no contexto em que opera.

Sob esta orientação comum — leis, valores, etc. — encontramos que esta Sociedade recorre a instituições para se auto-sustentar e reproduzir. A Educação joga importante papel neste contexto pois é ela que vai garantir uma certa continuidade cultural e inculcar os padrões que se quer perpetuar nas gerações mais jovens. Esta continuidade cultural, que se opera fortemente através da Educação — especialmente da Escola — não é apenas reprodução das estruturas e padrões dominantes. Ela encerra também desejo de perfeição e transcendência, inerentes a toda doutrina e ação pedagógicas. Ademais cumpre lembrar que a realidade não é estática e mecânica, que reproduz pessoas como se produzem coisas ou objetos.

E porque a dinâmica do processo social é mais viva do que as normas e regulamentos em que às vezes se pretende encerrá-la, ocorre com frequência que as instituições ganham rumos próprios em relação às funções a elas cometidas. Isto ocorre também com relação à Universidade na Sociedade Brasileira, onde a tradição regulamentadora, de origem marcadamente colonial, não consegue apreender o tônus dominante na instituição universitária. E isto talvez ocorra pelo fato de que a Universidade sendo uma instituição de vanguarda está sempre ensaiando passos adiante, ou criando seus próprios mecanismos de auto-defesa, numa dinâmica tão intensa que se torna difícil acompanhar através dos canais burocráticos disponíveis.

* Palestra apresentada no II Encontro de Extensão da Amazônia — Setembro/82.

** Coordenador de Educação e Cultura da Superintendência de Desenvolvimento Social do CNPq.

Com estas ressalvas, que já nos advertem, portanto, para o fato de que as relações Universidade/Sociedade Brasileira serão vistas através de grandes linhas de análise e interpretação, pretendemos examinar como tem se configurado estas relações nos últimos 20 anos, particularmente a partir do final da década de 1950 e começos de 1960, quando a nosso ver era unânime a convicção de que a Educação — e por extensão a Universidade — jogaria um papel importante na construção de uma nova sociedade. Esta concepção educativa nós a chamaremos de *otimista*, embora apresente algumas variações como mostraremos a seguir. Posteriormente, de 64 a 80, veremos o florescimento de uma orientação que denominamos de *tecnicista*. Nos dias de hoje identificamos o amadurecimento de uma visão que, para efeitos desta apresentação, qualificamos de *realista*.

Estas visões, mais próximas da concepção de ideologia como visão parcial da realidade, têm a pretensão apenas de facilitar o debate sobre o papel da Universidade na Sociedade Brasileira na década de 80. A discussão não é apenas útil quanto oportuna, mormente quando o próprio governo federal assume o propósito de alterar a atual estrutura da Universidade. Será este o melhor caminho?

II — A VISÃO OTIMISTA

O final da II grande guerra, aliado ao processo de redemocratização por que passa o país, provoca uma série de conseqüências sócio/econômico/políticas bastante favoráveis ao Brasil. A educação surge nesse contexto como algo que vai propiciar a realização das promessas antevistas de uma nova ordem liberal, que esposando os princípios do liberalismo clássico concebe no plano educacional uma estrutura capaz de desenvolver o potencial do "indivíduo até o limite de suas capacidades". Às propostas de uma educação gratuita, universal e obrigatória para a escola primária somam-se as que indicam a continuidade da escada educacional para os mais capazes, assegurando-se, em tese, oportunidades para todos.

O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1948, encarna, na sua forma primitiva, muitas destas expectativas otimistas de que a educação pode contribuir para a formação de uma ordem social mais justa e igualitária. O decorrer dos debates, no entanto, desvia legisladores e educadores para outras questões menores, alterando

muito alguns dos pressupostos contidos no projeto inicial. No entanto, o otimismo permeia o período de 48 a 61, quando finalmente é aprovada a lei 4.024/61.

Justamente no período de tramitação do projeto de diretrizes e bases vão se consolidando proposições no sentido de alterar a estrutura da Universidade Brasileira, gerando expectativas de que a modificação pretendida colocaria a instituição mais voltada para os interesses nacionais. Tratava-se de fazer uma verdadeira revolução pela educação, afirmaria Clemente Mariani, quando da instalação da Comissão que preparou o ante-projeto de reforma. Ao final de 61, apesar de todas as incertezas, já se havia obtido um razoável consenso com respeito às mudanças que se deveriam efetuar na educação e na Universidade em especial.

A construção de Brasília enseja a oportunidade para que muitas das críticas dirigidas ao ensino superior sejam equacionadas através de uma nova estrutura, onde o ensino, a pesquisa e a extensão tenham o devido destaque. A cátedra vitalícia, a estrutura departamental, a dissociação entre ensino e pesquisa, são questões que assumem novo enfoque, cristalizando a convicção de que a superação destas distorções faria da Universidade um instrumento de promoção do desenvolvimento. Este o clima ao final de 61, quando a intensificação do debate em torno das questões educacionais, com a mobilização de importantes segmentos sociais, faz com que estes se tornem partícipes dos rumos delineados para a Universidade Brasileira.

No entanto, nem todos comungam deste otimismo. Os debates entre católicos e liberais haviam desanimado muitos com respeito aos rumos de nossa educação. Outros, poucos é verdade, questionam as discussões "velhas, fúteis e acadêmicas" sobre o assunto, a indicar, claramente, que o problema não era pedagógico, mas essencialmente político. A afirmação é de Álvaro Vieira Pinto, em 62, de que a Universidade deveria servir à cultura do povo, da massa analfabeta¹. Vieira Pinto, como Paschoal Leme², procura examinar a reforma universitária como um

¹ *Álvaro Vieira Pinto. A questão da Universidade. Rio de Janeiro, Editora da UNE, 1962.*

² *Paschoal Leme, educador com enfoque socialista da educação.*

conjunto de transformações associadas a aspectos sócio/políticos. No entanto, repetimos, eram poucas vezes a reivindicar uma posição mais popular, dentro do quadro então delineado. No geral, a visão otimista se faz presente e enseja uma série de iniciativas que são postas em prática logo após a promulgação da lei 4.024/61.

A instalação dos Conselhos de Educação, a elaboração do Plano Nacional de Educação, afora inúmeras outras medidas, já compõem o quadro histórico que pode ser conhecido e que nos dá um perfil mais ou menos isento dessa época. Talvez não valha a pena insistir muito na sua descrição, a não ser chamando a atenção para o fato de que a orientação geral dominante neste período — e que se acentua por força das contradições sociais aguçadas no período de 61-64 — abre as perspectivas para o predomínio das orientações tecnicistas que ganham corpo com a vitória do movimento de 64, como veremos a seguir.

III — A VISÃO TECNICISTA

A insatisfação com relação à estrutura da Universidade Brasileira, e que a lei 4.024/61 não havia conseguido equacionar, cria uma corrente de opinião favorável a mudanças estruturais, incorporando a maioria das críticas consolidadas ao longo do período imediatamente anterior. Só que o contexto político era outro e as críticas são absorvidas sob a ótica do poder dominante, onde se procura realçar a especialização dos papéis dentro da estrutura³, aliada a um forte conteúdo moralizador das proposições emergentes.

A execução das medidas de reforma universitária, preparadas em Encontros e discussões técnicas, incorpora o educador como agente especializado, e na sua capacidade técnica o poder vai buscar subsídios para alterar a estrutura universitária. O fórum para estas mudanças é o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. O Legislativo e o Executivo dão respaldo institucional e as mudanças se fazem em profusão e rapidez nunca antes vistas na história da educação brasileira. Pelo menos no papel...

³ A este respeito veja-se Walter E. Garcia (Coordenador). *Inovação Educacional no Brasil; problemas e perspectivas*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1980, p. 205-35.

Neste período, iniciado em 64, praticamente nada ficou sem a marca dos educadores a alterar a maneira de ser da Universidade Brasileira. As funções de pesquisas, ensino e extensão, são discutidas e redefinidas a partir das estruturas então concebidas.

É inegável para nós de que estas mudanças, nas condições políticas em que se processaram, significaram uma imposição técnica — competente, pode-se até admitir —, a partir de soluções geradas por educadores envolvidos em organismos de decisão. E muitas das soluções adotadas, reclamadas como urgentes e necessárias no período anterior a 64, são questionadas na nova situação justamente pela forma como são implementadas. E aqui revela-se, a nosso ver, uma grande contradição histórica deste período, que ainda faz parte de nosso cotidiano. Quereremos nos referir ao fato de que as melhores vinculações entre Universidade e Sociedade nem sempre ocorrem através de soluções técnicas encontradas pelos especialistas de educação. Esta questão, parecidos, tem muito a ver com o tipo de envolvimento que diferentes segmentos sociais têm nas decisões tomadas, que em determinado momento legitimam ou não as propostas adotadas.

O desenvolvimento da Universidade Brasileira após 64 faz supor que a reforma universitária desencadeada cumpriu diferentes papéis políticos importantes neste período, mas deixa inúmeras questões em aberto e que pretendemos discutir na última parte desta apresentação. A sensação que observamos hoje, passados mais de 10 anos de implantação da reforma universitária, é de que as soluções técnicas, quando não integradas a um conjunto de outras medidas, que se situam ao nível da missão da universidade no conjunto da sociedade, resvalam para um tecnicismo por vezes insuportável e inoperante.

Os estudos que hoje se realizam sobre os sucessos e fracassos da reforma universitária mais recente revelam que a capacidade técnica dos educadores mobilizados para sua concepção foi utilizada num contexto político que não ensejou grandes oportunidades de discussão, da mesma forma que a adoção das medidas preconizadas a nível da estrutura implicava um amplo debate e um razoável consenso sobre questões fundamentais de educação. Nem uma coisa nem outra aconteceu. Os projetos foram elaborados e aprovados pelas diferentes instâncias de poder e dados como a solução definitiva.

O artificialismo das propostas, em muitos casos, aliados à falta de medidas complementares que pudessem conduzir à adoção de algumas delas, como por exemplo, o sistema de créditos, a estrutura departamental, a carreira docente, obrigaram as Universidades a assumir a reforma universitária mais pelo seu aspecto externo, da norma legal fria e inodora, com a convicção alimentada por muitos de que o que se fazia era em razão da imposição. Os mecanismos continuaram os mesmos, desde a famosa fiscalização das escolas, passando pelas verificações para abertura, reconhecimento de cursos etc. Evidente mente, a proposta global de reforma universitária atendia, também, a propósitos políticos que hoje acabam se revelando com mais nitidez.

A expansão da escola particular, a questão dos "excedentes", entre outras, fornecem o clima político que justifica a reforma universitária. A evolução da expansão deste sistema, bem como de toda escola particular, põe por terra aspirações mais nobres que se pudessem imaginar. As críticas de hoje revelam, no entanto, que a reforma universitária chegou até onde foi possível, nas condições em que se processou. E as críticas vão se tornando cada vez mais marcantes à medida em que a própria sociedade começa a participar mais intensamente dos debates educacionais, configurando assim um pluralismo que é tão caro à instituição acadêmica.

E justamente quando a discussão sobre os rumos da universidade brasileira vai indicando as distorções e desvios observados no percurso mais vai se impondo um novo consenso sobre a oportunidade de uma nova reforma. Este momento, que vivenciamos agora, e que nesta exposição estamos chamando de realista, indica a convicção de que é possível e necessário corrigir as distorções do passado, observando as vinculações da universidade com a sua circunstância, o seu meio, enfim seu próprio destino.

IV – VISÃO REALISTA

A discussão desta nova reforma, num quadro político de abertura, questiona justamente qual a função que a Universidade deve desempenhar num tipo de Sociedade como a nossa. E neste debate, temos certeza,

serão arrolados os pontos mais polêmicos da prática efetivada nos últimos anos envolvendo o questionamento dos seguintes pontos fundamentais:

a) Autonomia universitária. Esta expressão se confunde com a própria imagem da instituição, tal a força que ela tem representado historicamente. Não se concebe universidade sem autonomia. A colocação da questão sob a ótica de uma autonomia relativa – a universidade deve ter autonomia didática, financeira e administrativa, desde que obedeça as "normas vigentes" – já indica que o conceito de autonomia utilizado habitualmente não compreende a possibilidade de um efetivo processo de ação, ao contrário revela os limites em que ele deve se dar. Autonomia supõe pluralidade de soluções e de alternativas, razão pela qual nossas instituições acadêmicas mais se assemelham a repartições públicas do que casas que cultivam o saber.

b) Descentralização. O clímax em que foi gerada a última reforma e o modo de sua implantação revelaram uma centralização muito grande, em nome da racionalidade e da eficiência técnica. A idéia de extensão, contraditoriamente, foi bastante cultivada neste período e neste contexto. As decisões vêm de cima, são justificadas pelo saber pedagógico alçado às posições de mando. A legitimidade destas medidas, quando confrontadas com uma possível utilidade social, é que hoje se questiona. A correção deste processo implica, obviamente, em descentralizar, ou melhor, garantir um mínimo de condições para que a Universidade e a Comunidade em geral possam decidir sobre o **para que e para quem** da universidade.

A extensão universitária já vem sendo questionada há algum tempo em razão desta ótica dominante e não é necessário repetir as críticas já feitas⁴. No entanto, devemos frisar que a idéia de autonomia associada à descentralização que deve ocorrer, certamente gerará soluções inteiramente novas e por vezes até contrárias às dominantes neste campo. É preciso correr o risco de ser surpreendido pela criatividade e pela

⁴ *Veja-se A Universidade e o Desenvolvimento Regional. Fortaleza, UFC, 1980.*

inovação, sob pena de estarmos encobrendo posturas antigas sob novos rótulos, o que mudaria muito pouco o quadro dominante.

c) Regionalização. Coerente com a linha de abertura de rumos e de perspectivas, surge neste avanço de revisão doutrinária a convicção de que a descentralização e a autonomia se completam com uma efetiva regionalização das ações da Universidade. E esta idéia se aplica, fundamentalmente, à função de extensão. Neste aspecto, a visão tecnicista do problema foi responsável por inúmeros equívocos e desvios. A regionalização certamente não significa executar num determinado espaço geográfico idéias e concepções geradas em variados contextos. A regionalização como idéia-força exige flexibilidade, iniciativa, identificação profunda entre Universidade e Sociedade.

Nesta fase de redefinições, portanto, como antídoto da centralização dominante até há pouco, certamente surgirão muitas idéias isolacionistas no bojo de doutrinas voltadas para a regionalização. Explicamos melhor: como a regionalização implica estabelecer ligações mais estreitas com instituições, grupos e pessoas vizinhas à área de ação da Universidade, pode ocorrer o predomínio de uma visão paroquialista e isolacionista das questões a enfrentar, a pretexto de encontrar soluções locais para os desafios. Esta atitude, além de ingênua, revela a distorção de pretender solucionar os problemas cultivando um certo romantismo naturalista, ao invés de enfrentá-los de frente, prevendo seus desdobramentos e conseqüências. Como variante deste raciocínio, encontramos hoje, no Brasil, aqueles que, a pretexto de evitar a importação de idéias colonialistas do "sul-maravilha", fazem a apologia de uma certa pureza doutrinária, imaginando que as soluções de sua região não fazem parte de um processo histórico/social que condiciona o país como um todo. O atraso relativo de

uma região em relação a outra, num país subdesenvolvido como o nosso, não a exige dos condicionamentos a que o país está sujeito como um todo. Esta verdade, por mais dolorosa, não pode ser ignorada, mesmo que desagrade os românticos incorrigíveis do "paraíso selvagem" que deveria ser sempre a região amazônica. A regionalização tem de discutir este tipo de questões se quiser encontrar o lugar da Universidade no contexto, cultural e físico, que a abriga.

Finalizando estas observações, gostaria de dizer que a evolução da Universidade Brasileira, nos últimos anos, com o predomínio das visões descritas, reflete o fato inegável de que ela é bastante sensível aos ventos que cortam a sociedade em diferentes direções. Nenhuma Universidade é tão alienada que reflita interesses alheios aos dominantes em determinado momento histórico. De outra parte nenhuma sociedade pede à instituição acadêmica que reproduza fielmente aquilo que é trivial ao senso comum.

A Universidade representa para a Sociedade um espaço de mediações possíveis entre o existente e o desejável, que é condicionado pelos fatores políticos dominantes em situações históricas definidas. Nos últimos 20 anos no Brasil vimos que está se abrindo um novo ciclo histórico, que torna as mediações muito mais ricas e condizentes com o verdadeiro papel que a Universidade deve desempenhar numa sociedade pluralista e democrática. Os remédios do passado pouco servem. Os novos representam uma incógnita e um risco. O preço do novo papel que se deseja ver assumido pela Universidade é a ousadia e a coragem de fazê-la intérprete das novas aspirações, redefinindo seu papel de órgão de saber acabado para instituto de reelaboração do saber. Talvez seja uma função mais política do que técnica e as formas de fazer isto dependem de circunstâncias e fatores que devem ser bem estudados e avaliados.